

A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NOS CONFLITOS FAMILIARES

Um olhar sobre o Brasil do início do século XX

Autor: Tamy Valéria de Moraes Furlotti

Filiação institucional: Universidade de São Paulo (doutoranda)

A família sempre foi considerada o porto seguro em um mundo repleto de pressões. Questionada muitas vezes por sua estrutura de poder, permaneceu intocada em sua essência, por ser fonte de formação de bons cidadãos, cumpridores da lei e mão-de-obra dócil para o país. A ela se deu atenção especial, no início do novo século e da república nascente, tendo em vista a necessidade de moldar os pensamentos diversos que acorriam às nossas terras em busca de uma vida melhor. A família deveria ser protegida a fim de proteger o futuro do Estado recém-nascido.

Levando em conta essa crescente preocupação com os valores familiares, criou-se uma aura de “santidade” para o núcleo familiar, estendendo uma cortina de fumaça sobre os graves conflitos que o ambiente íntimo das residências podia esconder. Conflitos que podiam ser bastante violentos, mas que eram uma questão de família, não comentada com parentes e vizinhos, sendo parte da dinâmica particular de poder de cada família.

Infelizmente, tais conflitos podiam exceder os limites do que era socialmente aceitável e chegar às ruas, podendo ter conseqüências extremas ou não. Nestes casos o conflito tornava-se condenável aos olhos da sociedade, necessitando a intervenção do corpo de controle social do Estado: a polícia. Em tais casos estes conflitos ganhavam volume e podiam chegar até os tribunais, desnudando para os olhos do início do século XXI as relações de dominação e poder presentes nos relacionamentos familiares do alvorecer do século XX.

Dentro destes conflitos que tumultuavam a tranqüilidade usual ou eram uma constante nos relacionamentos de algumas famílias, podemos algumas vezes vislumbrar a presença da criança ou do adolescente. Estes estavam claramente ali, em todos os conflitos, assumindo diferentes papéis: a testemunha muda que só observa; a vítima agredida; a causa do conflito; o defensor de irmãos ou pais; o agressor. Todas estas facetas podiam ser assumidas pela criança ou pelo adolescente que se defendia, mas que também participava da luta pelo poder e pelo espaço dentro desta dinâmica patriarcal do início do século passado. Eles eram vítimas ou reproduziam uma estrutura de poder em que o mais forte ou mais importante entre os membros do grupo devia submeter os demais membros.

Esta submissão envolvia desde o relacionamento entre cônjuges até a relação entre pais e filhos. Isto era socialmente aceitável até certo ponto.

A questão dos maus-tratos é importante na delimitação do que era socialmente aceitável nos relacionamentos intrafamiliares, pois geralmente eram estes que produziam os piores efeitos, levando muitas vezes à morte de um dos membros da família. Como já tratei anteriormente em meu trabalho **“SEGREDOS DE FAMÍLIA: violência doméstica contra crianças e adolescentes nas primeiras décadas do século XX”**, a sociedade não somente permitia que adultos submetessem crianças e adolescentes a violência, como em certos casos incentivava a “disciplinarização” destes. A Igreja reforçava a necessidade de “usar o cajado” para moldar os filhos, dotando tal prática de normalidade. Aos pais era dado o direito de criar os filhos a sua maneira e a violência era a melhor forma de evitar que estes seguissem o caminho errado. Na verdade, não é certo usar o termo violência, correndo o risco de estar incorrendo em uma análise fora de tempo, pois esta prática não era em absoluto considerada como violenta. Era sim uma necessidade, reforçada pelo Estado quando colocava nas mãos da família a total responsabilidade de criar futuros bons cidadãos.

Podemos delimitar a tênue linha entre a disciplina e a violência quando nossos olhos percorrem jornais e relatórios policiais. Eram os casos extremos que chocavam e eram condenados pela sociedade. A violência era aquela que se tornava visível. Geralmente os vizinhos eram testemunhas do que acontecia entre as quatro paredes, mas eram cegos e surdos em respeito à intimidade dos assuntos de família. Quando estes casos ganhavam as ruas e a polícia precisava intervir, podemos perceber a presença dos vizinhos como testemunhas, crentes que somente neste caso deviam se envolver.

E a relação conflituosa entre pais e filhos podia se manifestar de várias formas, indo da crueldade até ao abandono, criando situações como a de um menino deficiente mental que era mantido dentro de uma caixa de piano, sujo e coberto de vermes. Esta é uma das poucas vezes em que um destes casos ganhava destaque nos jornais, limitando-se a pequenas notas escondidas. Mesmo estas demonstram que ali estavam ocorrências que haviam ultrapassado o limite do socialmente aceitável.

Assim como a sociedade sofria modificações, devidas às mudanças políticas do início da República e do novo século, a família também sofria mutações. Os novos tempos vinham aos poucos minar a estrutura tradicionalmente patriarcal da família brasileira, mas isto aconteceria de forma lenta e gradual. A forma como a sociedade encarava os conflitos familiares também foi se

modificando, pois já em 1922 discutiam-se a família e o bem estar das crianças, deixando-se vislumbrar uma leve crítica à violência doméstica contra crianças e adolescentes. Tais considerações acompanhavam uma tendência mundial de discutir-se o papel das crianças e adolescentes na sociedade e a responsabilidade do Estado na proteção destes. O Código Civil brasileiro de 1916 já deixava transparecer esta mudança de rumo, que ficou mais clara no Código de Menores de 1927, que dedicou parte de sua retórica para as relações da família com as crianças.

O certo é que as mudanças na família aconteciam e a conjuntura mundial influía sobremaneira nesta mudança de quadro. O mundo moderno trazia novos papéis sociais para homens e mulheres, tirando-os cada vez mais da tradicional estrutura de relações de poder na família. As crianças e adolescentes tornavam-se tema de congressos nacionais e internacionais, demonstrando a importância que ganhavam na estrutura familiar.

Em sua maioria os estudos do período republicano, principalmente nos seus primórdios, ficam circunscritos ao eixo Rio-São Paulo, devido a sua importância no quadro geral do país. Da mesma forma, os estudos da família e do papel de crianças e adolescentes dentro dela, também se centram nestas regiões, criando um quadro imperfeito sobre a família brasileira. As diferenças regionais são claras, se levarmos em conta as diferenças de referenciais para o estudo do período. Tradicionalmente os estudos sobre o período nas regiões de Rio de Janeiro e São Paulo vislumbram um quadro de imigração estrangeira, industrialização, urbanização desenfreada, agitação política, greves, sindicalismo organizado e ideais de esquerda tentando proliferar. Os mesmos referenciais poderiam ser utilizados para as demais regiões do país? A resposta clara é que os referenciais seriam diferentes para qualquer análise onde o eixo se movesse dos centros republicanos, mas até que ponto estes referenciais modificariam um estudo sobre a família?

Qualquer mudança, seja social, política ou econômica, segue a conjuntura. Até certo ponto a conjuntura republicana nacional influenciou no dia a dia de todos os brasileiros, mas as mudanças relacionadas ao modo de pensar das pessoas sempre são mais lentas. A estrutura de poder dentro da família pouco mudou em séculos, mas vinha sofrendo rápidas modificações no início do século XX. Porém, infelizmente, isso acontecia onde as mudanças ocorriam com mais força. O coronelismo manteve-se como a grande força do nordeste do país, portanto nesta região as coisas se modificavam de forma mais lenta. As diferenças regionais levavam as mudanças em rumo e velocidade diferentes.

Para traçar um paralelo destas diferenças regionais entre as famílias e os conflitos familiares no eixo Sudeste e Nordeste, seria interessante utilizar como pano de fundo duas importantes cidades: São Paulo e Salvador. A primeira, sendo o centro das profundas modificações que se processavam no país no início do século XX, demonstra com clareza o que acontecia com a família que passava por mutações, com pensamentos e costumes que muitas vezes vinham de outros países e se mesclavam com os costumes nacionais. A segunda, primeira capital do país, sofria nesta época com a perda do status e mantinha costumes mais tradicionais, marcados pela estrutura familiar patriarcal rígida, mas fortemente misturados aos costumes dos ex-escravos e mulatos. Duas cidades que se configuravam como “caldeirões étnicos” e por isso mesmo se diferenciavam das demais cidades brasileiras.

O importante é focar de que forma o papel das crianças e adolescentes dentro das famílias ficava quando observado sobre estes dois prismas diferentes. Os rostos, sotaques e costumes diversos teriam determinado diferenças significativas na forma como a família se relacionava com seus filhos? Estas crianças e adolescentes participariam ou seriam afetados de forma diferente pelos conflitos familiares nestas duas cidades? O certo é que os papéis familiares apresentavam aspectos diversos, mas no fundo as crianças ainda teriam um longo caminho a seguir para adquirirem mais importância dentro desta dinâmica, em qualquer uma destas cidades. Um caminho cheio de espinhos, muitas vezes violento, mas que modificaria radicalmente o relacionamento no interior da família.